

A AGRICULTURA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Diagnóstico Prospectivo

Carlos Lima*

Este artigo, revisto e actualizado pelo autor, surge na sequência de um estudo elaborado para a Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, intitulado “Trás-os-Montes e Alto Douro: Diagnóstico Prospectivo e Estratégias de Desenvolvimento”, publicado em 1999.

Volvidos dez anos desde o último Recenseamento Geral Agrícola (RGA/89), o objectivo deste documento é apresentar a evolução registada por determinados indicadores estatísticos ao longo deste período, nomeadamente os fornecidos pelos Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas (IE) do Instituto Nacional de Estatística (INE), com o intuito de aflorar a discussão sobre os principais factores que estiveram na génese destas mudanças e que poderão ser objecto de confirmação aquando da disponibilização dos resultados do RGA de 1999, cujo apuramento decorre neste preciso momento.

A ACTIVIDADE AGRÁRIA CONTINUA A MARCAR O TERRITÓRIO DA REGIÃO

Numa primeira abordagem ao sector agrário de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujo limite, nesta análise, corresponde à Região Agrária de Trás-os-Montes, é imperativo justificar a sua importância no contexto regional.

Em primeiro lugar, a Região Agrária de Trás-os-Montes continua a afirmar-se como um território de expressão eminentemente rural, onde se observa a presença de alguns “núcleos urbanos”, na sua grande maioria de pequena dimensão, caracterizados pela sua estreita ligação ao meio rural envolvente.

Um segundo aspecto é a relação entre a dinamização do território e a actividade agrária. Se é um facto que o êxodo e a regressão demográfica têm marcado a região, e reconhecendo que estes fenómenos têm

atingido sobretudo o seu espaço mais “ruralizado” e a própria agricultura, esta última continua a ser uma actividade fundamental para a “viabilidade” do território.

Estes dois aspectos permitem concluir que a agricultura, para além da sua função primordial, que é a produção de bens alimentares, cumpre ainda outras funções de grande relevância e essenciais para a estruturação do território:

- a sua ocupação geográfica;
- a dinamização de outras actividades em meio rural, como por exemplo, o turismo, o artesanato e a gastronomia e as agro-indústrias;
- a manutenção das paisagens, dos agro-ecossistemas e do ambiente.

* PRODOURO

Estas funções não são preocupações novas, tendo sido expressas pela própria União Europeia (UE) e defendidas aquando da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) em 1992. A inclusão de conceitos como diversidade e multifuncionalidade da agricultura, reforçados pela Conferência de Cork, são prova da intenção de desenvolver políticas conducentes a uma nova perspectiva de desenvolvimento do mundo rural. Pretende-se que este passe também a estar alicerçado na valorização de outras actividades rurais, onde

a conservação dos recursos naturais e a valorização ambiental adquiram outro protagonismo, muitas vezes esquecido por uma agricultura essencialmente preocupada com a produtividade económica.

Duma forma genérica, diversos trabalhos apontam à agricultura da Região Agrária de Trás-os-Montes um relativo atraso estrutural, que decorre sobretudo da comparação entre esta e a agricultura praticada no resto da Europa:

Estrutura da Agricultura da Região Agrária de Trás-os-Montes

Predomínio da pequena agricultura familiar

Praticada por uma população envelhecida

Com custos de produção relativamente elevados

Com fracas relações de mercado

Grande diversidade agro-ecológica

Com produtos de reconhecida fama e qualidade

Financeiramente debilitada

Deficiente tecido organizativo

Contudo, parte desta caracterização decorre sobretudo da valorização dos indicadores de natureza produtiva e económica, não considerando ou subvalorizando outro tipo de indicadores, designadamente aqueles que aferem os resultados duma prática agrícola agressiva e ambientalmente desequilibrada e os problemas que esta encerra.

Mas é importante salientar que nos últimos anos a agricultura na Região Agrária de Trás-os-Montes tem manifestado alguns sinais de mudança. Esta conclusão resulta da apreciação de alguns indicadores referentes ao período 1989-1997¹, que indiciam sinais de alteração na base produtiva regional.

Apesar do predomínio do minifúndio, registaram-se lentas mudanças na estrutura fundiária

O primeiro deles verificou-se ao nível da estrutura fundiária, onde se assiste a um lento mas progressivo redimensionamento das explorações (figura 1). Entre 1989 e 1997, desapareceram cerca de 10 mil explorações, representando uma redução de 13% face ao total existente em 1989. Esta redução é significativa sobretudo entre as pequenas explorações, com SAU inferior a 5 ha, onde se registou o desaparecimento de cerca de 9 mil explorações.

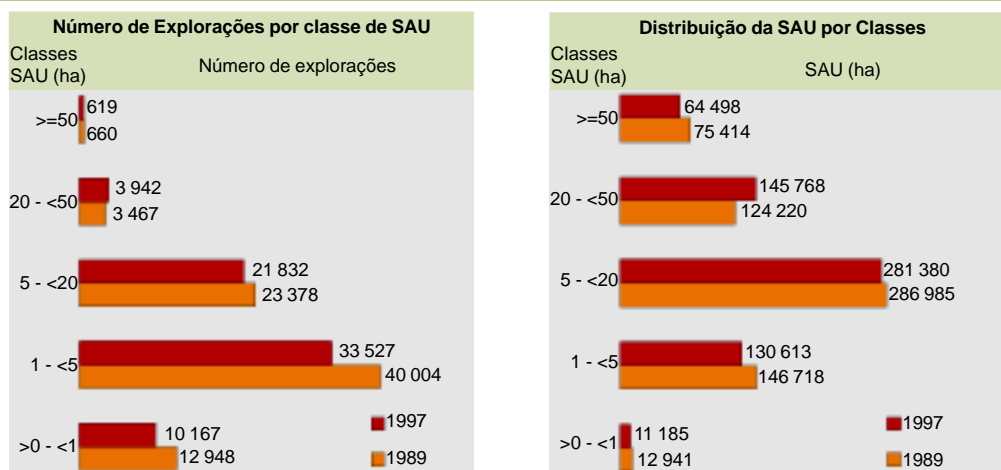
¹ Os elementos estatísticos utilizados nesta análise reportam-se ao Recenseamento Geral da Agrícola de 1989 (RGA, 1989) e aos Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas (IE), realizados pelo INE em 1993, 1995 e 1997.

Apesar disso, este tipo de explorações continua a ter uma enorme representatividade no contexto regional, correspondendo a 62% do seu total. A razão para este abandono poderá residir sobretudo na sua falta de dimensão económica. Como o próprio INE refere, “76% das explorações desaparecidas ou abandonadas, a nível nacional, possuíam menos de 2 UDE”².

Por outro lado, registou-se um acréscimo de 500 novas explorações com SAU compreendida entre 20 e 50 ha. Aliás, este tipo de explorações foi a única que registou um crescimento ao longo do período.

Importa ainda referir que os IE de 1993 e 1995 apontam para um aumento gradual do número de explorações com área superior a 20 ha, tendência contrariada em 1997, provavelmente devido a efeitos de sucessão fundiária.

Figura 1 - Evolução do número de explorações e da distribuição da SAU entre 1989/1997



Fonte: INE - RGA (1989) e IE (1997)

No que concerne à SAU regional, constatou-se um crescimento desta até 1995, passando de 489 mil ha para cerca de 496 mil ha. Contudo, esta tendência é contrariada no período 1995-97, quando a SAU total sofreu uma redução acentuada, passando para cerca de 462 mil ha, valor inferior ao registado no recenseamento de 1989. Observando a figura 1, verifica-se que as explorações com SAU compreendida entre 5 e 20 ha e entre 20 e 50 ha, detêm a esmagadora maioria da SAU regional, respectivamente 61 e 31%.

Da análise destes dois elementos estatísticos (número de explorações e distribuição da SAU) resulta uma conclusão que deverá ser analisada com maior pormenor após a disponibilização dos resultados do RGA de 1999: poder-se-á estar em presença de um fenómeno de progressiva *medianização* da área das explorações da região, com o crescimento do número de explorações com áreas entre 5 e 50 ha.

² 1 UDE = 217 contos, segundo margem bruta padrão de 1992.

A posse da terra continua a limitar a expansão das explorações

Em concordância com o indicador anterior, notou-se um ligeiro acréscimo da SAU média regional, que evoluiu de 6 ha em 1989 para 6,6 ha em 1997, registando um valor de 6,9 ha em 1995 (INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, 1995). Apesar deste ligeiro acréscimo, a SAU média regional continua a ser inferior ao valor médio registado em Portugal (9,2 ha) e na UE (17,4 ha).

Contudo, os valores médios encobrem uma discrepância intra-regional, sendo a mais significativa a situação do Douro vinhateiro, onde se registam valores médios de SAU muito inferiores à média regional. A título indicativo, e segundo dados fornecidos pela Casa do Douro, em 1995 a área média de vinha por viticultor rondava 1,1 ha.

Contrariando o aspecto positivo do aumento da SAU média regional, verifica-se um aumento do número médio de blocos por exploração, que passou de 9,4 em 1989 para 10,9 em 1997. Este indicador é o mais elevado a nível do país, sendo que a média nacional se situa em 6 blocos por exploração.

Estes elementos indiciam que a questão fundiária continua a constituir-se como um factor de inércia a uma natural reestruturação das explorações. Esta constatação é reforçada pela análise do mercado de arrendamento, com uma fraca expressão no contexto regional, não chegando a atingir 8% da SAU. Conclui-se assim que o desaparecimento de muitas explorações não tem dado lugar a uma consequente disponibilização de SAU para as restantes.

Esta situação resulta de factores de natureza social e económica. Por um lado, o valor imobiliário dos terrenos encontra-se em muitos casos sobrevalorizado, inviabilizando a sua aquisição para fins agrícolas. Por outro, nota-se, por parte dos proprietários, alguma relutância em negociar o seu património fundiário, já que existem expectativas de natureza social, como por exemplo a própria continuidade da exploração por parte da descendência, que pesam nas decisões de venda.

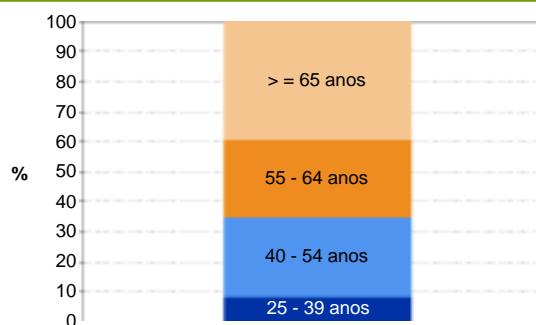
Assinale-se que é usual a modalidade da exploração da terra através do empréstimo, contratualizada informalmente, que em determinados casos pode atingir certa expressão. Mas, como referem Cristóvão *et. al.* (1997), esta situação de posse precária da terra é um factor que pesa negativamente na altura de realizar investimentos nas explorações, constituindo-se como factor limitativo ao seu crescimento.

Persiste o envelhecimento dos produtores agrícolas

A análise da evolução da estrutura etária dos produtores agrícolas revela, por um lado, o envelhecimento desta população, com uma percentagem significativa de agricultores com idade superior a 65 anos, e por outro, a diminuição genérica desta mesma população, tendência esta que se deverá manter nos próximos anos. A figura 2 ilustra esta preocupação.

Assim, observa-se que cerca de 39% dos produtores possuem idade superior a 65 anos, enquanto que apenas 8% dos produtores têm idade inferior a 40 anos. Factores de natureza social e económica explicam estes resultados, sendo de destacar a falta de incentivo dos jovens para esta actividade e as baixas remunerações auferidas, quando comparadas com as obtidas noutras actividades profissionais.

Figura 2 - Distribuição dos produtores da Região Agrária de Trás-os-Montes segundo a sua idade



Fonte: INE - Inquérito à estrutura das explorações Agrícolas, 1997

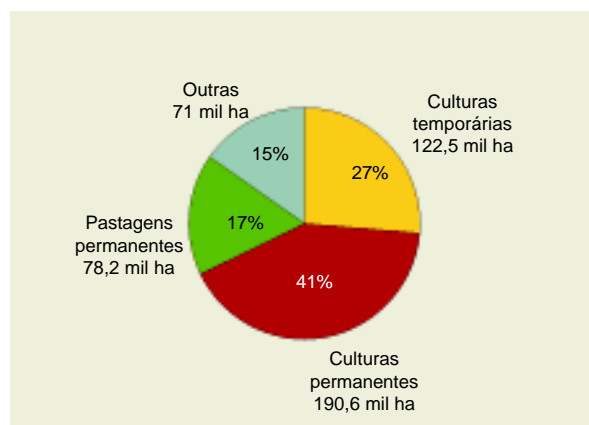
Este envelhecimento gradual da população poderá resultar na diminuição de investimentos no sector, no progressivo abandono de alguns sistemas produtivos, para além de condicionar a preservação da paisagem rural, tarefa comumente assumida pelos mais idosos.

A região manifesta uma grande diversidade agro-cultural

Um dos factores que melhor caracterizam a Região Agrária de Trás-os-Montes é a sua extrema heterogeneidade edafo-climática. Esta diversidade, manifestada pelas suas diferenças climáticas, topográficas e pedológicas, traduzem-se no surgimento de um sem número de agro-ecossistemas, que, por sua vez, têm influência decisiva na ocupação cultural verificada na região. A análise da figura 3 permite evidenciar este facto.

Assim, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada de culturas, não obstante existir um certo predomínio das culturas permanentes, que ocupam 41% da SAU regional. Embora estas culturas estejam distribuídas por toda a região, apresentam contudo grande representatividade nos concelhos que compõem a bacia do Douro, onde pontificam a vinha e o olival, ocupando grande parte dos solos desta zona. As culturas temporárias, mais características da zona setentrional da Região Agrária de Trás-os-Montes, ocupam cerca de 122 mil ha. Regista-se ainda a importância das pastagens permanentes na região, ocupando cerca de 78 mil ha.

Figura 3 - Distribuição da SAU regional



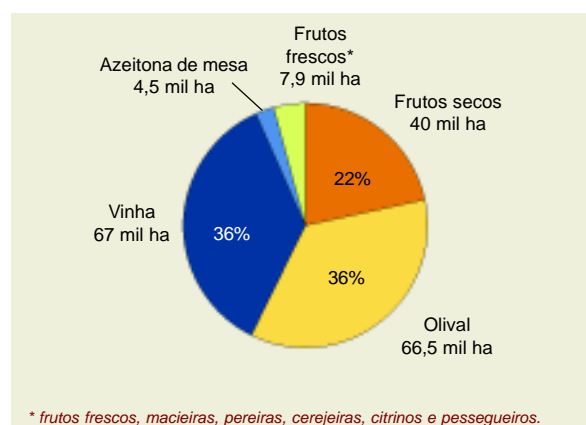
Fonte: INE, 1997

Como se observa na figura 4, as culturas permanentes tradicionais da região – **olival, vinha e frutos secos** – representam a esmagadora maioria (92%) das culturas permanentes instaladas e tem um enorme significado em termos de ocupação da SAU total da região (32% da SAU total).

Devemos destacar a importância da vitivinicultura na região, nomeadamente da Região Demarcada do Douro, produtora do Vinho do Porto, sem dúvida o maior ex-libris das exportações portuguesas, representando mais de 2/3 das exportações de vinhos

Saliência ainda para o crescimento significativo da área do olival, que em 1997 atingiu praticamente a mesma proporção da área de vinha (cerca de 67 mil ha). Observa-se igualmente um crescimento da área dedicada aos frutos frescos, sobretudo da área de macieiras e cerejeiras, principalmente nos concelhos localizados na margem esquerda do Douro (Douro Sul) e na Terra Quente, principalmente em Mirandela e Carraceda de Ansiães.

Figura 4 - Áreas ocupadas pelas principais culturas permanentes

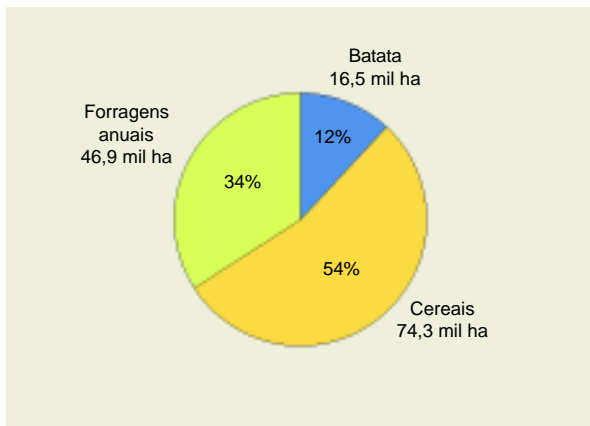


* frutos frescos, macieiras, pereiras, cerejeiras, citrinos e pessegueiros.

Fonte: INE, 1997

Dentre as culturas temporárias, e tendo em conta a informação veiculada pelo Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 1997 (figura 5), destacam-se por ordem decrescente de importância de ocupação da SAU, os cereais, sobretudo o trigo e o centeio, que ocupam 16% da SAU da região, as forragens anuais (10% da SAU regional) e a batata (4% da SAU regional). As forragens anuais e a batata têm expressão principalmente na zona mais a norte da região (Barroso e Terra Fria). No entanto, refira-se que tem ocorrido uma redução sistemática das áreas cultivadas, sobretudo dos cereais. Contudo, estes valores estão sujeitos a oscilações, condicionados pela procura do mercado, o que sucede por exemplo com a batata.

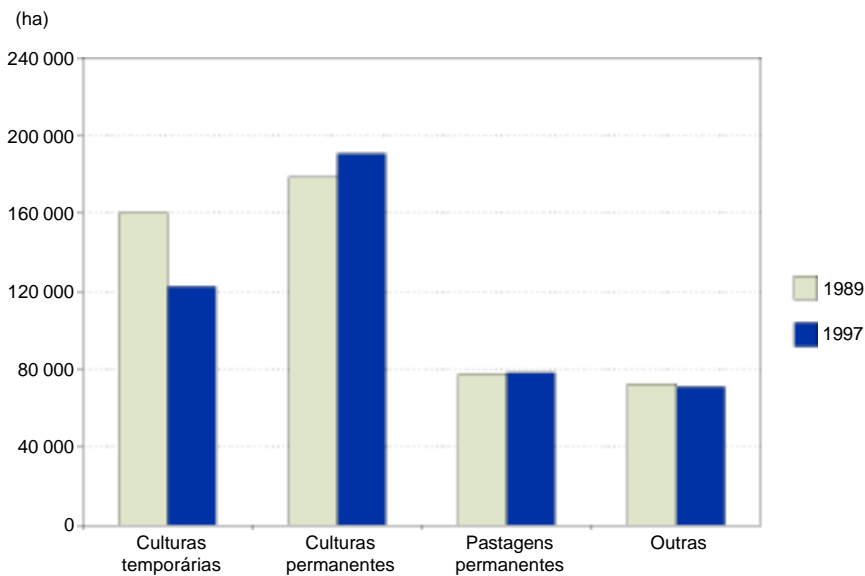
Figura 5 - Áreas ocupadas pelas principais culturas temporárias



Fonte: INE, 1997

Relativamente à evolução da distribuição das culturas pela SAU total da região entre 1989 e 1997 (figura 6), regista-se um crescimento significativo da área de culturas permanentes, com um acréscimo de 12 mil ha relativamente ao valor de 1989. A área de pastagens apresentou também uma ligeira tendência de crescimento entre 1989 e 1997, se bem que esta tendência tenha sido mais notória até 1995, quando esta atingiu cerca de 86,8 mil ha. Noutro sentido, registou-se uma redução contínua da área das culturas temporárias, que resultou numa diminuição de cerca de 37,8 mil ha entre 1989 e 1997, representando uma redução de cerca de 24% da área cultivada.

Figura 6 - Evolução da distribuição da SAU regional, entre 1989 e 1997



Fonte: INE, 1989 e 1997

Crescimento da bovinicultura de leite e o reforço da pecuária extensiva

Até um passado relativamente recente, a produção pecuária na Região Agrária de Trás-os-Montes baseava-se na exploração extensiva de carne bovina, ovina e caprina, principalmente nas suas zonas mais setentrionais - Barroso e Terra Fria – e no Planalto Mirandês, centrada sobretudo nas raças autóctones – Barrosã, Mirandesa, Maronesa e Arouquesa – e dos seus cruzamentos com raças exóticas.

No entanto, a partir da década de 80, a bovinicultura de leite conheceu uma forte expansão na região, onde, gradualmente, foi substituindo a produção de carne. Esta transformação ocorreu sobretudo nas zonas com melhores aptidões para esta produção: os vales submontanos e o Planalto Mirandês.

Diversos factores estiveram na génese do desenvolvimento da bovinicultura de leite na região, mas é inegável o contributo de dois programas para esta expansão: numa primeira fase o **NORAD**, financiado pelo Governo da Noruega, esforço que foi prosseguido pelo **PDRITM**³, programa apoiado pelo Banco Mundial. O primeiro, por ter lançado as primeiras Salas Colectivas de Ordenha Mecânica, infraestruturas fundamentais para o apoio aos pequenos produtores de leite, possibilitando a recolha de leite em melhores condições de higiene. O segundo, para além de prosseguir o esforço iniciado pelo **NORAD**, financiou outro tipo de acções complementares, tais como a recuperação de pequenos regadios tradicionais e a construção de novos regadios colectivos.

É importante também realçar a importância do modelo cooperativo para este crescimento, já que possibilitou a garantia de escoamento da produção e permitiu aos pequenos produtores manter a sua actividade.

É inegável que a produção leiteira ganhou uma expressão económica e social na região. Em 1997, o sector cooperativo regional recolheu na região cerca de 43 milhões de litros, representando este valor um pagamento aos produtores de cerca de 2,2 milhões de contos (Agros, 1998). Contudo, é importante salientar que existem outros organismos de

recolha privados a actuar na Região, cujo volume de recolha não foi possível determinar, sendo de supor que detenham uma fatia de cerca de 20% do total recolhido pelo sector cooperativo.

Contudo, e fruto dos incentivos financeiros da reforma da PAC, a produção extensiva de bovinos e ovinos tem conhecido nos últimos anos uma nova expansão, relançando um sector tradicional na região, para a qual existem fortes potencialidades de desenvolvimento.

As produções assumem importância no contexto nacional

Analisando a informação contida no Quadro 1, verifica-se, de uma forma genérica, um gradual aumento do volume de produção das culturas permanentes, informação esta que reforça os indicadores anteriormente apresentados. É de registar sobretudo o crescimento indiciado para a produção de azeite, assumindo-se a Região Agrária de Trás-os-Montes como a região com a maior produção nacional (32% da produção total em 1997). Aliás, esta posição cimeira em termos produtivos acontece também para outros produtos da região, caso do centeio, da azeitona de mesa e dos frutos secos, nomeadamente a castanha e a amêndoa, sendo ainda significativos os valores de produção de vinho, maçãs e cerejas.

Contudo, regista-se uma certa irregularidade nos volumes de produção obtidos nos últimos anos, que gera um clima de incerteza quanto à oferta disponível para comercialização em cada ciclo anual agrícola. No caso das culturas permanentes, é de supor que as condições climáticas verificadas em cada ano agrícola sejam as principais condicionantes dos rendimentos obtidos, para além da particularidade de existirem anos de safra e contra-safra, que condicionam os resultados.

Relativamente às culturas temporárias (centeio, trigo e batata), para além das condições climáticas prevaletentes em cada ciclo anual, as variações verificadas são resultado do decréscimo das áreas cultivadas, seja pela escassez da mão-de-obra, seja pelo natural envelhecimento da população activa agrícola.

³PDRITM: Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes.

Quadro 1 - Produções das principais culturas da Região Agrária de Trás-os-Montes (1990-1997)

Produtos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Vinho (a)	2 331 567	1 974 432	1 459 577	974 008	1 130 949	x	2 143 038	1 126 326
Azeite (a)	51 684	168 282	38 798	108 414	78 004	142 989	132 900	135 594
Castanha (b)	17 243	13 425	13 031	10 448	15 880	16 295	16 095	17 278
Amêndoa (b)	7 072	7 935	6 615	6 300	4 156	4 100	5 240	7 045
Frutos secos (b)	25 812	22 880	20 910	18 069	20 819	20 931	x	25 519
Azeitona de mesa (b)	10 429	11 356	7 855	3 417	4 420	4 980	5 000	4 965
Maçã (b)	73 284	67 370	72 000	68 000	50 003	66 605	66 605	79 025
Batata (b)	225 867	238 681	264 223	207 780	214 134	222 191	187 333	132 978
Centeio (b)	54 884	44 490	44 855	42 015	41 508	20 254	35 419	26 594
Trigo mole (b)	23 745	50 602	27 811	40 569	31 104	19 025	32 637	24 784

(a) produção em hectolitros; (b) produção em toneladas; (x) valores não apurados.

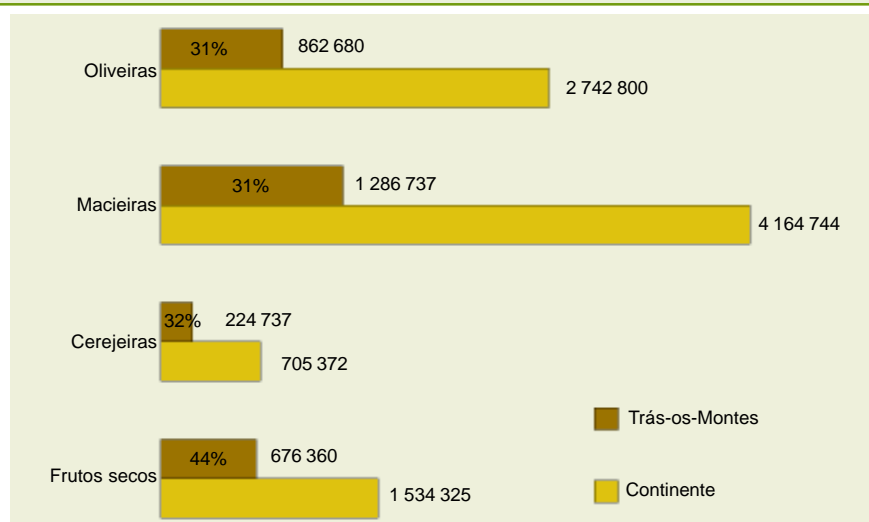
Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas, 1990-1998.

Assiste-se a um forte investimento no plantio de culturas permanentes

Confirmando a tendência para o aumento da superfície dedicada às culturas permanentes, a análise do indicador relativo ao plantio de árvores de fruto registado nas últimas campanhas demonstra claramente que os agricultores da região têm apostado decisivamente neste tipo de culturas. Os números apresentados são significativos: o número total de árvores de fruto e oliveiras plantadas na Região Agrária de Trás-os-Montes representou cerca de 75% do total da Região Norte e cerca de 25% do total nacional (figura 7).

É importante referir que, a par da escolha natural pelas culturas tradicionais da região, casos do olival e dos frutos secos, outras espécies têm também sido alvo da preferência dos agricultores, indiciando que a região poderá reforçar a sua posição produtiva dentro de alguns anos nestes segmentos. Encontram-se neste caso as culturas da macieira e da cerejeira, representando, respectivamente, 31 e 32% do total nacional das árvores plantadas. Aliás, relativamente à cerejeira, os valores apresentados não incluem as vendas de árvores registadas em dois concelhos limítrofes à NUT Douro, Cinfães e Resende, que integram o agrupamento de municípios do Vale do Douro Sul, sendo certo que a sua inclusão revelaria números muito superiores.

Figura 7 - Árvores de fruto e oliveiras adquiridas na Região Agrária de Trás-os-Montes e no Continente, no período 1991 - 1998



Fonte: INE, Estatísticas Agrícolas, (1992 - 1998)

Dentre os diversos factores que concorreram para que se tenha operado esta dinâmica de investimento em torno das culturas permanentes nos últimos anos, permitimo-nos destacar dois:

- a tradição que os produtos da região gozam, o que tem fomentado o aumento da sua procura no mercado;
- o reforço dos apoios financeiros concedidos pela PAC, sobretudo após a aplicação da sua reforma.

Assim, e relativamente ao primeiro factor, importa referir que se verifica uma tendência de aumento da procura dos produtos da região, fenómeno este que resulta da imagem de qualidade que estes possuem junto do consumidor, e que tem sido objecto de maior valorização. Sintomático desta situação, refira-se que a região detém a maioria das

DOP, IGP e ETG⁴ existentes no país, atestando assim o interesse que este tipo de produtos tem granjeado, para além da sua maior valorização e pela promoção da sua genuinidade.

No que concerne ao reforço dos apoios financeiros concedidos pela PAC, deve-se em primeiro lugar destacar que a reforma da PAC não conseguiu eliminar os desequilíbrios gerados entre os diversos sistemas produtivos praticados na UE, conforme se constata no Quadro 2. Observa-se que o peso das ajudas financeiras concedidas ao Apoio ao Rendimento, principalmente as que se referem às Organizações Comuns do Mercado (OCM) continuam a consumir grande parte do orçamento da PAC, destacando-se, no caso nacional, o Alentejo, que continua a receber uma importante fatia dos apoios financeiros concedidos.

Quadro 2 - Distribuição dos apoios financeiros por Região Agrária 1997

Unidade: mil contos

Regiões	Apoios Totais		Apoios ao Rendimento		Apoios a I & D		Outros Apoios	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Continente	237 083	100,0	127 622	100,0	74 519	100,0	34 942	100,0
Trás-os-Montes	26 669	11,2	14 322	11,2	10 447	14,0	1 900	5,4
Entre Douro e Minho	28 176	11,9	13 405	10,5	11 971	16,1	2 800	8,0
Beira Litoral	20 228	8,5	9 917	7,8	7 711	10,3	2 600	7,4
Beira Interior	18 922	8,0	10 989	8,6	6 832	9,2	1 100	3,1
Ribatejo e Oeste	34 802	14,7	18 395	14,4	13 108	17,6	3 300	9,4
Alentejo	62 343	26,3	47 455	37,2	11 989	16,1	2 900	8,3
Algarve	8 727	3,7	2 086	1,6	6 011	8,1	630	1,8
Não Regionável	37 215	15,7	11 052	8,7	6 450	8,6	19 172	56,4

Fonte: Gabinete do Planeamento e Política Agro-Alimentar

Contudo, a introdução de outros tipos de mecanismos de apoio à agricultura veio a beneficiar a Região Agrária de Trás-os-Montes, atenuando em parte os desequilíbrios existentes.

Estão neste caso as Medidas Agro-ambientais e as Indemnizações Compensatórias, nas quais a região apresentou uma preponderância nas ajudas recebidas (quadro 3).

⁴DOP: Denominação de Origem Protegida; IGP: Indicação Geográfica Protegida; ETG: Especialidade Tradicional Garantida.

Quadro 3 - Medidas Agro-ambientais e Indemnizações Compensatórias por Região Agrária (1997)

Unidade: mil contos

Regiões	Agro-ambientais		Indemnizações Compensatórias		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Continente	11 543	100,0	9 594	100,0	21 138	100,0
Trás-os-Montes	3 059	26,5	3 088	32,2	6 147	29,1
Entre Douro e Minho	2 066	17,9	1 362	14,2	3 429	16,2
Beira Litoral	2 170	18,8	585	6,1	2 755	13,0
Beira Interior	1 478	12,8	1 565	16,3	3 042	14,4
Ribatejo e Oeste	635	5,5	123	1,3	758	3,6
Alentejo	1 743	15,1	2 560	26,7	4 303	20,4
Algarve	392	3,4	312	3,2	704	3,3

Fonte: Gabinete do Planeamento e Política Agro-Alimentar

Deve ser ainda feita referência a um conjunto de ajudas classificadas como Prémios ao rendimento que, embora signifiquem apoio directo ao rendimento visam sobretudo objectivos claramente estruturantes do sector. É o caso do conjunto formado pelos prémios à instalação de jovens, à cessação da actividade,

à reorientação agrícola – culturas permanentes e raças autóctones – e à florestação. Deve ser ressaltada com especial interesse a instalação de jovens, sendo a Região aquela que apresentou o maior número de candidaturas a nível nacional (quadro 4).

Quadro 4 - Prémios ao Rendimento por Região Agrária (1997)

Unidade: mil contos

Regiões	Total dos prémios		Instalação de Jovens		Cessação de Actividade		Orientação (Agrícola)		Orientação (Florestal)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Continente	5 530	100,0	1 869	100,0	482	100,0	595	100,0	2 585	100,0
Trás-os-Montes	1 054	19,1	522	28,0	77	15,9	196	32,9	259	10,0
Entre Douro e Minho	684	12,4	502	26,9	122	25,2	26	4,4	34	1,3
Beira Litoral	197	3,6	83	4,5	67	13,8	30	5,0	17	0,7
Beira Interior	528	9,5	114	6,1	50	10,3	37	6,2	327	12,6
Ribatejo e Oeste	795	14,4	377	20,2	84	17,5	144	24,3	190	7,3
Alentejo	1 717	31,0	170	9,1	50	10,5	128	21,6	1 368	52,9
Algarve	526	9,5	99	5,3	3	0,6	34	5,7	390	15,1
Não Regionável	30	0,5			30	6,2				

Fonte: Gabinete do Planeamento e Política Agro-Alimentar

Quatro sinais de mudança para lançar a reflexão

- Regista-se um fenómeno de progressiva *medianização* da área das explorações da região, com o crescimento do número de explorações com áreas entre 20 e 50 ha.
- A questão fundiária continua a assumir-se como uma questão fulcral ao redimensionamento das explorações: apesar de se ter registado o progressivo abandono de terras, os elementos estatísticos não demonstram efeitos práticos desta situação.
- Observa-se o gradual envelhecimento da população agrícola, com uma percentagem significativa de produtores com idade superior a 65 anos, o que condiciona os investimentos nas explorações e poderá vir a colocar em causa vários sistemas produtivos e a própria manutenção da paisagem agrária.
- Na última década notam-se sinais de uma evolução no sector agro-pecuário, que resultam sobretudo da sua reorientação em função da nova PAC e também no sentido do mercado: aposta decisiva nas culturas permanentes (vinha, olival e frutos secos) e na pecuária extensiva.